

Equador, Argentina e Colômbia: Três Eleições Decisivas.

João Quartim de Moraes

João Quartim de Moraes é professor do Departamento de Filosofia e pesquisador do NEE, ambos da Unicamp.

Os artigos reproduzidos a seguir foram originalmente publicados na revista francesa *AFRIQUE ASIE* pelo pesquisador do NEE, João Quartim de Moraes, em 2007, e comentam o sentido e o alcance dos resultados eleitorais em diversos países da América Latina, constituindo uma contribuição relevante para o debate sobre os rumos políticos da região na atualidade.

1. Equador: a esperança de um povo em luta.

Em 26 de novembro de 2006, Rafael Correa Delgado, candidato da esquerda e da soberania nacional, foi eleito no segundo turno presidente do Equador, com 58% dos votos válidos contra 42% de Álvaro Noboa, o homem mais rico do país e, a esse título, candidato natural da direita. Proprietário de grandes plantações de banana, o principal produto de exportação do país, depois do petróleo, Noboa encarna de modo caricatural o patrão ultra-reacionário: jamais tolerou sindicatos em suas imensas plantações. Sem hesitar em financiar suas ambições políticas por todos os meios, inclusive pela fraude eleitoral, ele chegou na dianteira do primeiro turno das eleições, com 26,8% dos votos. Foi necessária uma ampla e firme mobilização de todas as forças democráticas e antiimperialistas do país para impedir fraude no segundo turno.

A vitória de Correa põe fim a uma longa situação de crise política cuja origem se confunde com a de uma crise bem mais ampla, dita “da dívida externa”, responsável

por dois decênios de estagnação econômica e degradação social na América Latina. Na origem do desmoronamento financeiro da maior parte dos países latino-americanos encontram-se as medidas adotadas em 1979 por Paul Volcker, que acabara de assumir a direção do Tesouro Imperial, o *Federal Reserve*. Decidido a restaurar, a qualquer preço, a pujança do dólar, atacado duramente pela crise monetária do decênio precedente (a taxa de inflação nos Estados Unidos havia atingido ritmo anual de 15%), ele aumentou brutalmente a taxa de juros, de modo a atrair para *Wall Street* os dólares que “flutuavam” nas mãos dos especuladores ao redor do mundo. Os países da periferia endividados em dólares, que já não conseguiam fazer face aos vencimentos de suas dívidas, foram postos diante da perspectiva da desvalorização de suas moedas nacionais e da suspensão do pagamento de seus compromissos financeiros. Atingidos, uns após os outros, por essa asfixia financeira, as instituições públicas e os organismos dos Estados latino-americanos permitiram a deterioração dos serviços essenciais, não somente nos setores de ensino e saúde, mas também no sistema de transporte, na polícia etc.

Esse quadro ruinoso tornou-se ainda mais sombrio com a chegada de Ronald Reagan à presidência em 1980, decidido a lançar, em todos os domínios, a contra-revolução neoliberal. Sua grande inquietação, em matéria de financiamento, foi a de enviar grandes quantidades de dinheiro aos contra-revolucionários da Nicarágua e aos regimes engajados na luta anti-guerrilha, notadamente em El Salvador e na Guatemala.

O Equador foi tocado por esse flagelo de modo cruelmente irônico. Em 1972, a conclusão do oleoduto para transportar o petróleo extraído da região amazônica para o porto de Esmeralda, através da Cordilheira dos Andes, pareceu abrir as portas do progresso a um país ainda muito pobre. Em 1974, com efeito, o PIB aumentou 13,6%. A euforia estimulou o recurso aos empréstimos internacionais, abundantes e fáceis naquele momento. Mas, no final dos anos 1970, o preço do petróleo baixou e, com ele, a atividade econômica em seu conjunto. Em 1983, a natureza se juntou ao FMI para acabar com as esperanças de uma vida melhor para os desfavorecidos. Os estragos provocados por “El Niño” (complexo de perturbações climáticas ligadas às bruscas

mudanças de temperatura nas águas do Pacífico tropical) arruinaram quase um terço das culturas agrícolas e danificaram severamente a indústria de pesca. Em 1987, um terremoto destruiu o oleoduto, paralisando as exportações de petróleo. Ainda que conservador e pró-imperialista, o governo de Leon Febres Cordero decidiu por suspender os pagamentos da dívida externa.

Durante esse período amargo, a presidência foi ocupada ora por representantes do Partido Social-Cristão, de direita, ora por demagogos que mal dissimulavam, com suas fraseologias vazias, a ânsia por deparar os cofres públicos. Recusando-se a escolher entre os reacionários e os ladrões, as camadas populares mais conscientes e combativas se persuadiram pouco a pouco, mas inflexivelmente, de que era preciso mudar profunda e plenamente as instituições nacionais. O fato mais importante, em relação a isso, foi a fundação, em 16 de novembro de 1986, em seguida a um amplo e paciente trabalho de organização, do Conselho das Nações Indígenas do Equador (CONAIE). Assumindo a fundo sua natureza de movimento das nações indígenas oprimidas, o CONAIE introduziu na cultura política equatoriana um forte espírito comunitário, que constitui um potente antídoto contra o individualismo neoliberal. Suas formas de organização e de intervenção não são nem as de um partido, nem as de um sindicato; elas correspondem à missão de ser “a voz e o pensamento das nações indígenas” na luta contra o “Estado Uninacional Equatoriano”. Discretos e cuidadosos para assegurar a unidade do movimento do qual são porta-vozes, seus dirigentes guardam certa distância da política institucional. Para participar dela, o CONAIE criou o Pachakutik, uma frente da qual procuram manter o controle.

Enquanto isso, a metade não-indígena do povo equatoriano também não permaneceu inativa. Ela foi a grande protagonista da primeira intervenção decisiva das massas sobre a cena política nacional. Em agosto de 1996, Abdala Bucaram elegeu-se presidente contra o candidato da direita e do neoliberalismo. Desconfiava-se que a maior parte de suas promessas fosse demagógica. Mas ele se mostrou um charlatão ainda mais corrupto que seus predecessores. A resposta popular não tardou. Deslanchada em janeiro de 1997, uma mobilização de amplitude nacional contra a vida

cara levou à paralisação do país. Em 5 de fevereiro de 1997, diante de uma multidão exasperada, que bradava em uníssono a palavra de ordem “Fora Bucaram!”, o Congresso Nacional destituiu o presidente indigno.

Novas eleições foram convocadas. Ironicamente, as massas populares, depois de terem derrubado o demagogo que as havia enganado, não conseguiu apresentar um candidato organicamente identificado com seus interesses fundamentais. Foi preciso contentar-se em votar em Jamil Mahuad, que parecia ser a opção menos ruim. Erro. Ele gastou os últimos recursos financeiros do Estado para ajudar os bancos privados. A consequência era previsível: a moeda nacional, o “sucre”, desabou. Em doze meses, o dólar subiu de 4500 a mais de 25000 sucres. Os programas sociais do governo foram suprimidos, uns após os outros. Em 9 de janeiro de 2000, a guisa de comemoração do novo milênio, Mahuad anunciou a dolarização da economia. Para a grande maioria da população, que não possuía a moeda imperial, era a miséria completa. Mas a resposta popular foi imediata. Ao chamado do CONAIE, as nações indígenas se dirigiram à capital, partindo das serras, do altiplano e da floresta. Com o apoio da juventude, dos estudantes e dos trabalhadores, os manifestantes se concentraram diante da Corte Suprema e do Congresso, até obter a renúncia de Mahuad: a primeira revolução política do novo milênio atingia seu objetivo imediato.

Em 21 de janeiro foi proclamada uma junta de saúde nacional, da qual faziam parte Antonio Vargas, presidente da CONAIE, e o coronel Lucio Gutiérrez (o qual, à frente de quase trezentos oficiais do Exército, havia apoiado a mobilização popular). Entretanto, no dia 22, diante da dupla ameaça do bloco norte-americano e da secessão (a direita ameaçava formar um governo contra-revolucionário em Guayaquil, o principal porto do país, no caso de que o poder passasse às mãos “dos indígenas e dos militares”), os generais, que haviam sido ultrapassados, retomaram as rédeas do comando, prendendo todos os oficiais que apoiaram o movimento, inclusive Gutiérrez. Esse, contudo, foi logo liberado, e se fez eleito presidente em outubro de 2002 com o apoio do movimento indígena e das camadas populares urbanas. Mas ele rapidamente negou as expectativas que havia suscitado, curvando-se diante de todas as exigências do

Departamento de Estado dos EUA (notadamente a autorização, acordada entre Mahuad e o Pentágono, para instalar uma base militar estratégica no porto de Manra), inclusive às do FMI e do Banco Mundial: plena liberdade de circulação para o capital, privatizações, “austeridade financeira” etc.

Pela terceira vez desde 1997, a resistência popular, firmemente apoiada pela CONAIE, se dirigiu contra um presidente traidor. Por quase dois anos, Gutiérrez **respondeu** pela repressão. Enfim, em 20 de abril de 2005, depois de uma tentativa brutal de dissolver, em Quito, uma marcha pacífica com em torno de 50 mil cidadãos, entre os quais vários estudantes, ele foi destituído pelo Congresso. Mas dessa vez, com a chegada de Correa à presidência, o tempo dos demagogos e dos covardes parece ter terminado. Ele seguiu rigorosamente suas promessas eleitorais, inclusive a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 30 de setembro de 2007. Seu partido, *Alianza País*, que invoca o pan-americanismo de Simon Bolivar e se propõe a “liberar o Equador de 500 anos de exploração”, obteve quase 70% dos votos, que lhe asseguraram larga maioria para avançar pela via equatoriana rumo ao socialismo do século XXI.

2. Argentina e Colômbia

No dia 28 de outubro passado, duas eleições muito importantes tiveram lugar na América do Sul. Uma ao norte, para a prefeitura (Alcadía) de Bogotá, e outra ao sul, para a presidência da Argentina. A princípio, a eleição presidencial de um país que, junto com o México e o Brasil, está entre as três maiores economias da América Latina, tem maiores conseqüências que uma eleição municipal, mesmo em se tratando da capital da Colômbia. Contudo, sem querer contrariar o senso comum, o resultado politicamente mais notável parece ser o de Bogotá.

Com efeito, a vitória, desde o primeiro turno das eleições presidenciais argentinas, de Cristina Fernández de Kirchner, com quase 45% dos votos, se inscreve na continuidade. Ela se comprometeu, de fato, ao longo de sua campanha, a seguir as mesmas orientações políticas de seu marido, o presidente Néstor Kirchner. A lei

eleitoral argentina, bastante original a esse respeito, estipula que um candidato é considerado eleito se obtiver pelo menos 45% dos votos, ou mesmo 40%, desde que com uma diferença de ao menos 10% em relação ao segundo colocado. Esse foi o caso de Cristina Kirchner. A diferença que a separou de sua principal adversária, Elisa Carrió, da "Coalisão Civil" (que obteve apenas 23% dos votos), passou de 20%. As intenções de voto a favor da candidata eleita apresentaram, aliás, desde o começo do mês de maio, quando anunciou sua candidatura, uma estabilidade notável, entre 42 e 45%, segundo as pesquisas, o que confirma tanto o apoio da maioria dos argentinos ao casal Kirchner, quanto a fraqueza e inconsistência das críticas apresentadas por seus adversários, Elisa Carrió e Roberto Lavagna, antigo ministro de Kirchner, terceiro colocado, com pouco mais de 17% dos votos.

Pretendendo situar-se à Centro-Esquerda, Carrió atacou pela direita, preconizando uma “limpeza ética”, fórmula particularmente vazia num país que ainda não obteve sucesso em superar inteiramente as conseqüências do desastre econômico e social provocado pelo neoliberalismo, e censurando o presidente Néstor Kirchner pela relação muito estreita que manteve com o presidente venezuelano Hugo Chávez. Quanto às críticas de Lavagna, elas tocaram apenas em aspectos secundários da política de Kirchner.

Os fatos e os números testemunham em favor do último. Ele soube combinar flexibilidade, audácia e firmeza para fazer a Argentina sair da bancarrota para a qual a havia conduzido Carlos Menen, cínico adulator da Casa Branca, que foi presidente de 1989 a 1999. O duro e já longo combate para superar a herança maldita deixada por ele e seus comparsas (caos monetário, desemprego generalizado, ausência total de perspectivas para fugir da miséria) começou em dezembro de 2001, quando uma mobilização nacional, da qual participou, direta ou indiretamente, a grande maioria da população, exigiu a saída de De la Rúa, presidente fraco que não fez um só gesto sério, nem que fosse para atenuar os efeitos catastróficos do neoliberalismo radical de Menen. Em 20 de dezembro de 2001, diante de uma gigantesca manifestação que havia tomado controle de Buenos Aires, De la Rúa renunciou à presidência.

Entretanto, faltava a esse impulso revolucionário um programa coerente. Durante os dias que se seguiram, enquanto era declarada a suspensão dos pagamentos da dívida argentina (estimada em 132 bilhões de dólares), três presidentes interinos foram designados pelo Congresso, na maior das confusões, até que o peronista Eduardo Duhalde, no começo de 2002, assumiu a direção e administrou a crise até as eleições de 2003. Ele apoiou a candidatura de Néstor Kirchner, então pouco conhecido em escala nacional, contra as do antigo presidente, Carlos Menen, e do antigo ministro da defesa do governo De la Rúa, Ricardo López Murphy, duas ruínas do desastre neoliberal. Mesmo chegando à frente no primeiro turno, com 24,3% dos votos (contra 22% para Kirchner), Menen tinha poucas chances de vencê-lo: as pesquisas de opinião confirmavam que mais de 63% dos eleitores estavam decididos a não votar nele em nenhum caso. Sua plataforma se resumia em ter “relações carnais com os Estados Unidos”, mas essa fantasia de criado de quarto não convenceu o corpo eleitoral: uma maioria crescente, realmente esmagadora, de 80% se pronunciava, nas pesquisas, por Kirchner. Menen sequer teve a decência de atender ao segundo turno, renunciando à sua candidatura.

Quando Kirchner chegou à presidência, em 2003, 57% da população total do país (que soma 40 milhões de pessoas) estava imersa na pobreza ou na miséria. Em 2006, essa taxa havia baixado a 27%, o que correspondia ainda a quase 11 milhões de argentinos, dos quais mais de um milhão habitavam as favelas que a má semente do neoliberalismo havia feito brotar ao redor de Buenos Aires. Para fazer recuar o subemprego e a miséria, ele decretou a cessação dos pagamentos da dívida externa, relançando o crescimento econômico (durante seu governo, a taxa média anual de crescimento do PIB atingiu 8%), bem como os programas de ajuda social aos mais desfavorecidos. A solidariedade política e financeira do governo venezuelano foi decisiva para o sucesso dessas iniciativas, o que explica os laços estreitos de amizade entre Kirchner e Hugo Chávez. É, por isso, sem surpresa e em pleno conhecimento de causa, que os argentinos elegeram Cristina Kirchner.

Na Colômbia, o triunfo de Samuel Moreno, candidato do “Polo Democrático Alternativo” (coalisão unitária da esquerda), nas eleições de 28 de outubro para a prefeitura de Bogotá (o embate político mais importante do país depois das presidenciais), foi tão esperado quanto o de Cristina Kirchner na Argentina, com essa pequena diferença: que os 915.769 votos (43,7%) que ele obteve superaram de longe o que as pesquisas do trust Gallup lhe atribuíam. Na sua última estimativa de intenção de votos, Gallup sugeriu que Enrique Peñalosa, o candidato da direita, abertamente apoiado pelo presidente Alvaro Uribe, tinha tantas chances de ganhar quanto Moreno. Peñalosa teve de se contentar com 589.964 votos, ou seja 28%, uma severa derrota não somente para ele, mas especialmente para seu protetor Uribe, ansioso por recuperar o controle político da capital. Com efeito, o prefeito anterior, Lucho Garzón, foi também eleito, em 2003, por uma coalisão de esquerda.

Desde sua chegada à presidência, em 2002, Uribe se dedica a fundo para aniquilar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), declaradas “terroristas” por George W. Bush e também inscritas no “eixo do mal”. A intervenção do Pentágono, no princípio oficialmente destinada (nos quadros do “Plano Colômbia”, elaborado durante o governo Clinton) à erradicação das plantações de coca, tornou-se uma “cruzada” contra os “narcoterroristas”. Graças a esse “auxílio” militar, o mais considerável dos Estados Unidos na América Latina, o exército colombiano dispõe de em torno de 300.000 combatentes. Eles não foram suficientes, entretanto, para abater as FARC: as numerosas ofensivas lançadas por Uribe contra a guerrilha encalharam umas após as outras. Mas diante do descrédito dos dois velhos partidos políticos (liberal e conservador), que dominaram a política institucional colombiana por todo o século passado, sua vontade, bastante alardeada, de conduzir a guerra total, lhe permitiu fazer as vezes de grande unificador da direita e das diferentes correntes ao centro do espectro político, exasperadas por várias décadas de uma violência crônica, da qual não se vê o fim, e convencidas pela idéia de uma solução de força.

Essa polarização à direita explica não somente que Uribe tenha tão facilmente conseguido modificar a Constituição para se fazer reeleger em 2006, mas também que,

para melhor administrar o avanço da guerra total contra as FARC, tenha passado um “acordo de paz” geral com os grupos paramilitares de extrema-direita, conjuntamente a uma vasta anistia e uma “ajuda humanitária”. Perto de 30.000 veteranos de bandos de assassinos profissionais, que durante décadas semearam o terror e cometeram as piores crueldades, foram “reintegrados à vida civil”. Encontram-se nos serviços de inteligência da polícia, bem como nas organizações políticas ligadas ao “uribismo”. Contudo, essa escandalosa cooptação de criminosos calejados suscitou um forte movimento de protesto por parte de amplos setores da opinião pública não contaminados pela mentalidade da guerra total. Após insistentes denúncias, o sistema judiciário interveio. Em torno de cinquenta deputados e senadores ligados aos paramilitares perderam, ou estão a ponto de perder, seus mandatos devido a processos judiciais movidos contra eles. Sem dúvida, essa indignação cívica contribuiu muito para a derrota do partido de Uribe nas eleições da capital colombiana.

Fernando Botero, o grande pintor colombiano que pode ser considerado sem exagero um novo Picasso, registrou em alguns de seus quadros, dedicados às atrocidades da guerra interminável que assola seu país, uma das torturas mais comumente adotadas pelos “caçadores de cabeças” paramilitares: os interrogatórios com a ajuda de serras elétricas. Comenta-se, ironicamente, a propósito da reintegração civil desses fascínoras, que eles entregaram suas armas, mas mantiveram as serras elétricas. Isso dá uma noção da importância da vitória do candidato da esquerda em Bogotá.